Título: Em meio à crise da construção, empresa vai para Bogotá
Veículo: O Estado de S. Paulo | **Seção:** Economia | **Tiragem:** 158560
Página: B2 | **Data:** 20/07/2015 | **Centimetragem:** 29,5
Colunista: Primeira pessoa | **Valor:** R$ 33.836,50

PANORÂMICA

Editado por:
Cátia Luz
naiana.oscar@estadao.com
Colaboraram:
Naiana Oscar, Dayanne Souza, Fernanda Guimarães e Igor Gadelha

Um teste para o setor de educação

O ano de 2015 vai testar pela primeira vez a capacidade do setor educacional brasileiro de manter o crescimento numa crise. Nos Estados Unidos, as empresas de ensino superior com fins lucrativos cresceram em matrículas na crise em 2008 e 2009, impulsionadas por trabalhadores buscando qualificação num mercado de trabalho debilitado. No Brasil, executivos avaliam que é difícil saber como será a reação já que este parece ser o choque mais relevante desde o início da consolidação do setor há cerca de sete anos.

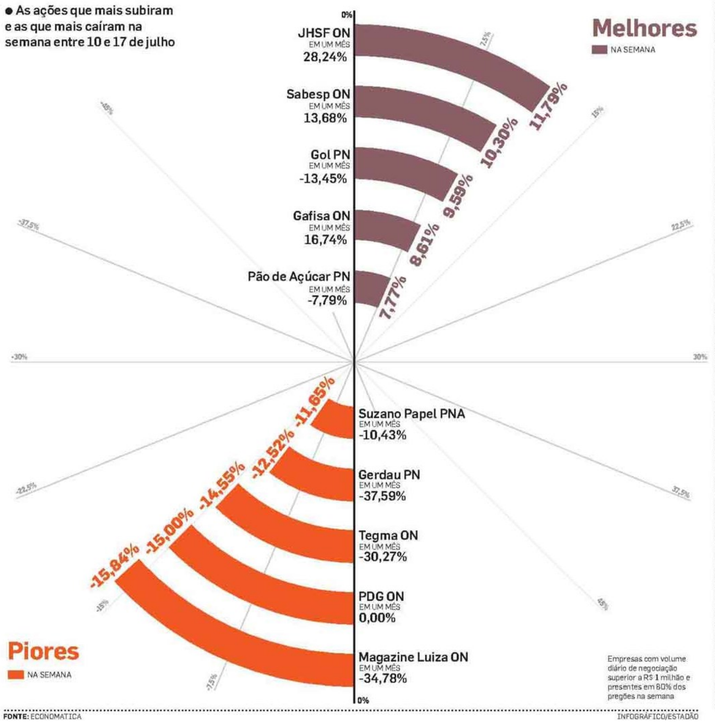
Estudo da consultoria Hoper Educação prevê que as matrículas no ensino superior privado deverão cair em 2015 e 2016. A projeção para a graduação presencial é de retração de 3% neste ano e queda de 1,6% no próximo. A média de crescimento entre 2010 e 2013, último dado disponível, vinha sendo de mais de 3% de alta ao ano. Além do risco de retração nas matrículas, há preocupação com crescimento da evasão, diante da possibilidade de alunos abandonarem as aulas se não conseguirem mais pagar pelos estudos. Os preços das mensalidades, que vinham em trajetória de alta, podem ser afetados.

Com desemprego em alta e uma restrição maior ao financiamento estudantil (Fies), as instituições têm investido em projetos para monitorar o status de emprego de estudantes e ex-estudantes, uma forma de também atrair matrículas e tentar ajudar na contenção de efeitos indesejáveis como a evasão.

Maior companhia do setor, a Kroton lançou no ano passado uma plataforma na internet para oferta de vagas aos alunos e trabalha para buscar empregadores nas principais regiões onde oferece seus cursos.

O MAPA DA BOLSA

● As ações que mais subiram e as que mais caíram na semana entre 10 e 17 de julho



FONTE: ECONOMATICA
INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ABERTURA DE CAPITAL

BR Distribuidora define sindicato de bancos para IPO

A subsidiária da Petrobrás, BR Distribuidora, que planeja sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) para outubro, já fechou o sindicato de bancos que trabalhará na estruturação da operação, segundo fontes. No grupo estão o Citi, BTG Pactual, Bradesco BBI, Itaú BBA e BB Investimentos. O **Estado** apurou que outro banco estrangeiro também deve integrar o sindicato. A BR Distribuidora acelerou o ritmo para realizar a oferta na próxima janela de oportunidade, após o fim das férias do Hemisfério Norte. Na semana passada os bancos de investimento fizeram apresentações de suas propostas à companhia. O Citi, que está à frente do grupo, já vinha trabalhando para buscar uma alternativa para o desinvestimento desse ativo da Petrobrás. A intenção é fazer a listagem no Novo Mercado, segmento de mais elevadas exigências de governança corporativa da Bolsa brasileira, por meio de uma emissão secundária, o que significa que o capital não vai para o caixa da empresa.

VEÍCULOS

Chery investirá R$ 400 mi na fábrica de Jacareí (SP)

A chinesa Chery vai investir R$ 400 milhões na construção da terceira linha de montagem na fábrica de Jacareí (SP). Segundo o vice-presidente da montadora no Brasil, Luis Curi, a nova linha será destinada à produção do modelo SUV Tiggo 5 e terá capacidade para montar até 30 mil unidades por ano. A expectativa da montadora é de que as obras comecem em setembro deste ano e fiquem prontas em cerca de 18 meses. Quando estiver em operação, a nova linha deve gerar 220 postos de trabalho na unidade, que tem atualmente cerca de 500 funcionários.

● ● **Seguros**

12,1%

foi o avanço do mercado de seguros entre janeiro e maio deste ano, com R$ 86,2 bilhões em prêmios, segundo dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). Como o segundo semestre tradicionalmente é mais forte para o setor, a entidade acredita ser possível manter tal patamar de expansão e resiste em revisar suas expectativas para baixo como fez em 2014, quando o segmento cresceu 13% ante projeção inicial de 15,6%.

Primeira pessoa

Marcelo Milech, diretor de negócios da SH

Em meio à crise da construção, empresa vai para Bogotá

O executivo Marcelo Milech, diretor de novos negócios da SH, uma fabricante de formas de concreto para a construção civil, poderia dizer que o mais novo passo da empresa foi milimetricamente calculado para reforçar a atuação da companhia durante a crise. Mas ele admite: foi tudo uma coincidência. Uma "feliz coincidência". Nos últimos seis anos, a venda de fôrmas para as obras do Minha Casa, Minha Vida virou o carro chefe da companhia – criada há 46 anos, pela família fundadora da fabricante de argamassas Quartzolit para vender escoramentos metálicos. Justamente, agora, que a construção está praticamente parada no Brasil, a empresa deu início à sua internacionalização.

● Por que atuar fora do País neste momento?
Isso já existia no planejamento estratégico da empresa há algum tempo. Entendíamos que nosso caixa não podia depender apenas do Brasil, onde atuamos em 11 Estados. Escolhemos Bogotá, na Colômbia, para iniciar esse processo. O plano é anterior à crise, mas calhou de ele acontecer num momento em que a construção civil não vai bem no Brasil. Foi uma feliz coincidência. Contratamos a equipe no início do ano e, em julho, nos instalamos fisicamente.

● Quais as particularidades dessa operação?
Encaramos a filial colombiana como a nossa 12ª filial brasileira. Na nossa avaliação, o mercado na Colômbia pode chegar a um terço do mercado que temos hoje no País.

● Como a crise da construção está afetando a SH?
A aquisição de formas por construtoras do Minha Casa está parada há um ano. São dígitos duplos de queda nesse segmento, que representa 30% do faturamento de R$ 260 milhões. A diversificação tem nos ajudado.

"Aconteça o que **acontecer**, a gente vê o **Brasil** como um bom negócio"
Roberto Cortes, presidente da MAN Latina America em entrevista ao 'Estado'

DIVULGAÇÃO

Opinião

As consequências da inconsequência

BERNARD APPY

Nas últimas semanas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram uma série de medidas que podem elevar as despesas públicas de forma relevante ao longo dos próximos anos. Independentemente dos motivos políticos que levaram à aprovação destas medidas, preocupa muito o fato de que os parlamentares vêm atuando sem se importar com as consequências das decisões que vêm tomando, as quais podem ser extremamente prejudiciais ao crescimento do País no longo prazo e à própria manutenção das políticas sociais.

No período recente, ao menos três medidas aprovadas criam despesas relevantes sem receitas que as viabilizem: a) o regime 85/95, que é uma alternativa ao fator previdenciário; b) a extensão aos benefícios previdenciários superiores ao salário mínimo da mesma regra de correção do salário mínimo; e c) o reajuste dos salários do Judiciário em 60%, em média.

É verdade que a presidente vetou a regra 85/95 e enviou em seu lugar uma proposta de regra 90/100. Mesmo com a mudança proposta pelo governo, no entanto, há um aumento relevante das despesas previdenciárias no longo prazo.

As demais medidas ainda não foram sancionadas, e a expectativa é de que sejam vetadas. Ainda assim, para evitar a derrubada do veto, é possível que o governo negocie alternativas que, embora menos custosas, também não têm como ser financiadas de forma sustentável no longo prazo.

É estranho que, num momento em que o governo faz um grande esforço de ajuste fiscal, o Congresso aprove medidas que ampliam de forma relevante as despesas no longo prazo. Esta atitude vai na contramão do que deve ser um bom ajuste fiscal, que é aquele em que o corte de despesas no longo prazo abre espaço para uma política mais branda no curto prazo, minimizando o custo do ajuste.

Adicionalmente, e principalmente, a criação de despesas sem que existam as receitas necessárias para seu financiamento tem impactos extremamente negativos sobre o crescimento de longo prazo. Por um lado, a expectativa de uma carga tributária cada vez maior para poder financiar essas despesas cria um forte desestímulo ao investimento. Por outro lado, em um país com baixa taxa de poupança doméstica, a expansão continuada de despesas públicas acaba resultando em altas taxas de juros.

O resultado é um círculo vicioso, em que a expansão de despesas exige um aumento da carga tributária e reduz o potencial de crescimento do País. O baixo crescimento, por sua vez, reduz a arrecadação e o fraco desempenho da arrecadação acaba exigindo novo aumento da carga tributária. Ou seja, o resultado de uma política fiscal irresponsável é um crescimento medíocre do País e uma carga tributária cada vez mais elevada.

Esta trajetória acaba sendo, no longo prazo, prejudicial para as próprias políticas sociais, pois o baixo crescimento do PIB implica baixo crescimento das receitas públicas utilizadas no financiamento dessas políticas.

O ajuste fiscal em curso – e seu impacto sobre o emprego e a renda dos trabalhadores – mostra como pode ser alto o custo de correção de uma política fiscal inconsequente. Mas a situação atual do Brasil ainda é muito confortável se comparada àquela em que podemos chegar se o Parlamento brasileiro persistir na aprovação de despesas sem se preocupar em como elas serão financiadas. A seguir na trajetória atual, chegará um momento em que nossa situação ficará semelhante à da Grécia, e o ajuste passará por uma profunda crise econômica e corte de benefícios sociais já concedidos.

> **O resultado de uma política fiscal irresponsável é um crescimento medíocre e carga tributária cada vez mais alta**

Infelizmente a irresponsabilidade fiscal não tem custo para os parlamentares brasileiros, ao contrário do que ocorre em muitos outros países. Em grande medida, esta é a consequência da fragmentação do debate sobre as questões fiscais relevantes no País. Como as despesas podem ser criadas sem que se explicite o seu custo, os parlamentares – e seus eleitores – só veem o lado positivo dos benefícios criados, sem ver o lado negativo, que é o inevitável aumento da carga tributária e o impacto negativo que isto tem para o crescimento do País.

Políticas sociais são importantes, especialmente em um país como o Brasil, que tem uma péssima distribuição de renda. Mas isto não justifica uma política fiscal irresponsável nem a expansão de despesas a qualquer custo.

Um debate sério sobre as políticas sociais no Brasil precisa tomar como base algumas questões. Em primeiro lugar, é preciso entender que a discussão sobre políticas sociais não pode ser apenas sobre o volume de recursos, mas também sobre a qualidade das políticas. Antes de demandar mais recursos, seria importante avaliar o que pode ser melhorado com os recursos já existentes.

Em segundo lugar, é preciso entender que há políticas mais e menos justificáveis, inclusive do ponto de vista social. Pessoalmente, acho pouco justificável um sistema previdenciário que permite que as pessoas se aposentem muito cedo, quando ainda têm plena capacidade de trabalhar, bem como um sistema em que os benefícios assistenciais são mais generosos do que os benefícios previdenciários (ver a respeito nos artigos publicados nesta coluna em 26 de maio e 30 de junho de 2014).

Em terceiro lugar, e principalmente, é preciso avaliar o impacto que o financiamento das políticas sociais tem sobre o crescimento. Políticas mal financiadas prejudicam o crescimento e a própria capacidade de fazer políticas sociais no futuro.

Se o Brasil quiser seguir crescendo no futuro, em algum momento terá de dar um basta ao atual modelo de irresponsabilidade fiscal. É possível fazer isso pela criação de restrições e limites, mas o ideal seria investir na transparência, e criar condições para que os eleitores entendessem o custo de políticas fiscais irresponsáveis e pudessem punir os parlamentares que, por atuar de forma inconsequente, prejudicam o futuro do País.

*
DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL (EM FORMAÇÃO). CONSULTOR ECONÔMICO, FOI SECRETÁRIO EXECUTIVO E SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA